

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA DO VOTO E DO MODO DE VOTAR *

Joaquim Francisco de Assis Brasil **

CAPÍTULO I

FUNDAMENTO DO VOTO

D'entre as ideias de mais commum e diaria applicação, a proposito de qualquer incidente da vida individual, ou social, nenhuma se repete mais do que a ideia de liberdade. Apesar d'isso, é raro que o criterio popular a empregue com precisão e propriedade. O publico, em geral, e cada um de nós, que o compomos, confundimos vulgarmente liberdade com commodidade. O individuo que soffre qualquer exigencia do poder constituido grita logo que attentam contra a sua liberdade, e não se queixa de que Ella não exista, enquanto o deixam em casa socegado. O povo que atravessa quadra tranquilla e prospera reputa-se gosando de um regimen de liberdade, e considera-se presa de tyrannia o que se debate em agitações intestinas.

A liberdade não é, porém, a commodidade, e póde existir sem Ella, bem que seja preferivel possui-las a ambas conjucamente. O bom senso do fabulista Lafontaine mostrou na situação do cão domestico, forte e satisfeito, comparada á do lobo selvagem, faminto e vagabundo, que esta distincção, se não é feita pelo commum dos espiritos, é, pelo menos, bem antiga. O cão de guarda, marcado pelo estygma da colleira, que lhe pellára o toutiço, não era livre, apesar de viver muito ao seu commodo. Era-o, porém, o animal silvestre, embora torturado pelas mil necessidades á que tinha de dar provimento com o seu exclusivo esforço. Quantas analogias da maior exactidão se podem tirar d'esse exemplo para a situação das nações.

A liberdade, no individuo, ou no povo, consiste na autonomia com que se opéra a evolução de cada ser. Ella deve, por

* Livro I da obra "Democracia Representativa": Introdução: A democracia de o voto, publicada em 1893. Para preservar a originalidade do texto, a grafia das palavras foi mantida conforme as regras da língua portuguesa vigentes no Brasil em 1893.

**Advogado, político, orador, escritor, poeta, prosador, diplomata e estadista brasileiro. Foi fundador do Partido Libertador, deputado e membro da junta governativa gaúcha de 1891.

isso mesmo, ocasionar, pelo menos no periodo em que a evolução é menos normal, mais tribulações e dores do que prazeres. Se é licito buscar um símile na mais intima historia de todos nós, recordemos quanto é plácida e tranquillá a existência do infante, emquanto nenhuma liberdade lhe é reconhecida; quanto se vai agitando, ao approximar-se da adolescência e virilidade; quão tormentosa e difficil nos primeiros tempos da emancipação; para serenar depois, sómente quando as conquistas do trabalho e da experiencia têm dado apoio solido ao definitivo periodo de normalidade da vida! O que se passa com o individuo dá-se também com os povos. A ninguem deve maravilhar, pois, que se affirme que em todos os tempos houve povos que se regeram livremente, isto é, cuja evolução realisava-se influindo elles sós em seus próprios destinos, emquanto outros viveram debaixo do jugo, duro ou benigno, de um ou mais chefes despoticos. Os primeiros foram povos democraticos, e as instituições que elles tiveram, desenvolvendo-se perennemente, affeiçoando-se ás condições dos tempos que atravessaram, são as mesmas que vigoram entre os povos livres da nossa actual civilisação.

Eu chamo *Democracia* ao facto de tomar um povo parte efectiva no estabelecimento das leis que a obedece e na nomeação dos funcionarios que têm de executar-as e de administrar o interesse publico.

O consenso geral da nossa epocha e civilisação está com a doutrina democratica. Nem todos, porém, acceitam a palavra. Mas é claro que pouca importância encerra essa divergencia na denominação, desde que a cousa a que ella corresponde é, não sómente acceita, mas até practicada universalmente. Em geral, um só espirito domina uma epocha. Os homens dividem-se, na maioria dos casos, por formalidades. Mas o respeito a taes formalidades é um sentimento muito enérgico e só por si bastante para produzir profundas scisões na humanidade; Haja vista ás disputas religiosas a proposito de cousas materiaes e Moraes em apparencia, e mesmo realmente, as mais fúteis. Guerras mortíferas, crises de séculos tiveram por causa occasional, em algumas religiões, o simples modo de entender uma phrase dos respectivos livros sagrados ou bíblias. Entre nós e em alguns outros povos não tem outra explicação o verdadeiro horros que a palavra democracia inspira a um limitado grupo de pensadores. São excessos que devem ser levados á conta do espirito de seita, sempre intolerante, sempre inclinado a questionar por palavras, ás quase o fanatismo, a que nenhuma

conseguiu jamais escapar, empresta importância substancial. O fanatismo, especialmente nas seitas insipientes, é capaz de perturbar as intelligencias mais serenas. O próprio Christo, sempre tão esclarecido e superior no criterio com que julgava as debilidades humanas, teve um dia o seu arranco de fanática indignação, sorprehendendo a vergalhadas pobres homens que, segundo os costumes da epocha, tranquillamente vendiam as suas mercadorias no templo de Israel. Mas, seja como for, e apezar de quaesquer anathemas que contra a democracia se vibrem, é facto positivo que as nações livres do nosso tempo revelam todas, por signaes evidentes, índole democrática. Por toda parte o povo é chamado a influir na constituição dos orgams do governo e administração; por toda parte perdenm terreno os últimos laivo de dominação pessoal e os proprios individuos que se levantam para repellir a palavra democracia, não raro são os primeiros em reclamar contra as intrusões do despotismo e em favor da liberdade.

O povo, com mais ou menos perfeição, governa-se a si mesmo. A democracia, porém, não opéra hoje como entre os povos primitivos a que acima fiz allusão. Uma regra facilmente verificável na observação dos factos sociaes é a de que - as instituições são tanto mais simples, isto é, menos complexas, quanto mais rudimentar é o organismo a que ellas presidem, e inversamente, vão revestindo crescente complexidade na razão directa dos progressos que nesse organismo se realisam. A democracia moderna é sem duvida o desdobramento da antiga, mas as apparencias de ambas são tão divergentes entre si como as da semente das da arvore robusta em que se transformou. Em outro tempo, os povos reuniam-se e decidiam directa e soberanamente do governo e administração da republica. Costumam dizer que a democracia estava então no seu estado puro. Eu penso que haveria mais propriedade em dizer que ella atravessava o seu periodo rudimentar. Taes practicas tornaram-se hoje impossiveis, não tanto pelas difficuldades materiaes, aliás muito sérias, da reunião de grandes nações em assembleias deliberativas; mas especialmente pela situação do próprio organismo politico e social, muito mais adiantado, muito mais complexo, e, por isso, exigindo outros meios de manifestação, a que não satisfaz a summaria simplicidade das antigas republicas³.

3 M. Alfred Naquet (o celebre homem publico francez, auctor do precioso livro, tão conhecido no Brasil - *La Républiqye Radicale*, e de outros não menos notaveis) honrando-me um dia com a sua companhia em minha casa, em Paris, fez-me muitas observações sobre as ideias da *Democracia Representativa*, cuja edição hespanhola acabava de ler, todas acompanhadas de benevolas e animadoras expressões para mim. D'essas observações, algu-

Ahi encontra seu nascimento e explicação o systema representativo, que toda a civilização a que pertencemos practica. Haveria nessa transformação algum prejuízo para a verdade, ou para a legitimade do governo dos povos por si mesmos? Póde-se resolutamente affirmar - que não. Tudo quanto é exigido pela natureza das cousas é verdadeiro e legitimo. Os povos livres actuaes tem mais vantagens em ser representados do que em comparecer. Além de que o governo do plebiscito não é o mais sabio, deve-se ainda considerar que os males materiaes e Moraes provenientes do comparecimento directo seriam muito superiores á theorica probabilidade de mais legitima deliberação.

E' preciso, pois, que o povo seja representado, e essa representação só se póde fazer por meio do voto, ou *suffragio*.

mas me parece que interessarão ao leitor, como a relativa ao governo directo, que vou referir, procurando reproduzir as próprias palavras de M. Naquet e as da resposta que com o maior respeito lhe oppuz:

"Creio que estaes enganado, quando pensaes que os povos não se encaminham para um regimen de *governo directo*. A suissa, a mais completa das democracia, e, plebiscito, isto é, a interveção directa do povo, estabelecido na Constituição, como um meio ordinário de actividade governativa. Parece que o povo somente deve delegar aquellas funções para as quaes não tem capacidade, o que quer dizer que, á medida que for ganhando tal capacidade, menos terá que delegar. A *representação*, pois, irá perdendo importancia na razão do adiantamento popular; o que equivale a dizer que o intimo termo da evolução ha-de-ser o *governo directo*."

Resposta: -" Ha uma confusão fundamental na vossa observação relativa á Suissa: o plebiscito não está instituido como instrumento do governo, mas de *legiferação*. O governo suisso repousa exclusivamente sobre a base do systema representativo. E, ainda como instrumento legislativo, o plebiscito só apparece como sanção do que já foi deliberado pelos *representantes*. O voto plebiscitario não faz leis; acceita ou recusa as que foram feitas pelo poder legislativo, que é representativo. Por conseguinte, *não ha na Suissa governo directo, nem legislação directa*. Mas, apesar de não ter a importancia que parece, o plebiscito é combatido por muitos homens eminentes da Suissa, á frente dos quaes está M. Ernest Naville, reconhecida autoridade nestes assumptos. M. Naville explica a existência do plebiscito pela imperfeição das leis eleitoraes que têm vigorado na Confederação, segundo as quaes a maioria dos representantes não corresponde muitas vezes á maioria da opinião, vicio que em meu livro se acha claramente demonstrado. Pensa entretanto, M. Naville, como Boileau, que - *souvent La peur d'un mal nous conduit dasn un pire*, - e que é preciso estabelecer-se na Suissa o systema da verdadeira representação e acabar com o plebiscito.

"Ao que dizeis sobre o aperfeiçoamento popular, vos responde o nosso mestre Ch. Darwin, - que em todos os organismos, a complexidade acompanha o aperfeiçoamento. O *governo directo* é o mais atrazado, é o que primeiro encontramos na historia; por isso, é tambem o mais simples. O aperfeiçoamento trouxe maior complicação no governo, como nos seres animaes. O que a serpente, vertebrado de iinfima escala, faz com um tubo intertinal e meia dúzia de orgams e membros, a espécie humana desempenha com tão complicado organismo. E' verdade que os governos das nações vão sempre abrindo mão de muitos cuidados que em outro tempos lhes estava confiados; mas é isso apenas uma desintegração de funções, que vão sendo confiadas a orgams apropriados, sem impedir que o campo do phenomeno-governo encerre cada vez mais complexidade. Em todas as nações progressivas, incluisse a Suissa, as funções publicas não cessam de argumentar em importancia, multiplicando-se as fazes por que devem ser encarados os problemas.

"Ao povo, como ta, faltam condições para ser orgam directo do governo. Elle é apenas a fonte do poder. O progresso popular, longe de annullar, ha de tornar mais assignalada a distribuição das funções por seus orgams adequados. O que se há-de aperfeiçoar, pois, não será o poder directo do povo, mas a sua capacidade para escolher bons governos."